

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO
VALOR ESTIMADO PÚBLICO
MENOR PREÇO

CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE GINÁSTICA LABORAL, EM FORMATO PRESENCIAL, PARA EMPREGADOS DO ESCRITÓRIO DE APOIO TÉCNICO DE PENEDO – 5ª/EPE, DA 5ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, NO MUNICÍPIO DE PENEDO, LOCALIZADO NO ESTADO DE ALAGOAS.

DEZEMBRO/2023

ÍNDICE

1. OBJETO	03
2. DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS	03
3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	04
4. HABILITAÇÃO JURÍDICA E REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA	04
5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	05
6. LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.....	05
7. VISITA TÉCNICA.....	05
8. VALIDADE E DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.....	05
9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	06
10. ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO	07
11. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF 5ª/SR.....	07
12. VALOR MÁXIMO, COMPOSIÇÃO DO FATURAMENTO E FONTE DE RECURSOS.....	07
13. SUBCONTRATAÇÃO.....	08
14. REAJUSTE DE PREÇOS.....	08
15. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	08
16. PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	10
17. DA GARANTIA.....	10
18. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS	10
19. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	10
20. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	11
21. CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF	11
22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	11
23. ANEXOS	12

1. OBJETO

1.1. Contratação, por meio de licitação, modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço, sob o regime de empreitada por preço unitário, dos serviços continuados de ginástica laboral, em formato presencial, para empregados do Escritório de Apoio Técnico de Penedo - 5ª/EPE da Codevasf 5ª/SR.

1.2. Deverão participar exclusivamente os licitantes microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme artigo 6º do Decreto nº 8.538/2015.

2. DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão executados presencialmente, por empresa especializada na prestação de serviços das atividades listadas no subitem 2.1.8.

2.1.1. As sessões de exercícios deverão ser exclusivamente voltadas aos empregados da Codevasf, não sendo admitida a participação de terceiros.

2.1.2. As sessões de exercícios deverão ser realizadas 02 (duas) vezes por semana, às terças-feiras e às quintas-feiras, com duração de 15 (quinze) minutos, a partir das 09:00h, com intervalos de 5 (cinco) minutos entre as sessões, em 3 (três) locais de concentração, nas instalações da empresa, voltadas a todos os empregados da Codevasf 5ª/EPE, em Penedo/AL.

2.1.3. Em virtude do universo de 60 (sessenta) potenciais participantes e, visando um melhor aproveitamento e uma supervisão mais efetiva, as sessões de exercícios deverão ser divididas em 03 (três) grupos, com locais de concentração a serem definidos pela 5ª/GRA/UGP.

2.1.3.1. Independentemente da quantidade efetiva de participantes de cada grupo, os exercícios físicos deverão ocorrer em 03 (três) sessões, de maneira que, considerando os subitens 2.1.2 e 2.1.3, aconteçam nos horários de 09:00h às 09:15h, de 09:20h às 09:35h, 09:40h às 09:55h, o que configurará a prestação de 01 (uma) hora de serviço contratual.

2.1.4. Em caso de eventuais problemas por parte da contratada que impossibilitem a realização da sessão, o que deverá configurar excepcionalidade, a contratada deverá repô-la em mesmo horário, impreterivelmente no primeiro dia útil seguinte, desde que não coincidente com o outro dia ordinariamente previsto para a prestação do serviço.

2.1.5. A falha na reposição das sessões não realizadas, nos termos do subitem 2.1.4, implicará glosa do valor da hora a elas correspondente.

2.1.6. Se nos dias previstos para a realização/prestação dos serviços não houver expediente na Codevasf 5ª/EPE, as respectivas sessões não precisarão ser repostas;

2.1.7. A empresa contratada deverá apresentar, no mínimo, 02 (dois) profissionais qualificados para conduzir as atividades objeto dos serviços que se pretende contratar, a fim de evitar que as sessões de exercícios deixem de ser ordinariamente realizadas, em razão de eventuais impedimentos de um ou outro instrutor;

2.1.8. Os serviços deverão ser acompanhados diretamente por profissionais devidamente habilitados nas áreas de Educação Física ou Fisioterapia, englobando a elaboração e execução de Plano Anual de atividades direcionadas por grupo de trabalhadores da Codevasf 5ª/EPE, contemplando as seguintes atividades:

I. Alongamento geral e específico;

II. Exercícios posturais;

III. Exercícios respiratórios;

IV. Exercícios para o globo ocular;

V. Exercícios de força, flexibilidade, ritmo e equilíbrio;

VI. Exercícios para prevenção de doenças do trabalho, como LER/DORT;

VII. Exercícios com recursos materiais como bolas terapêuticas, garrotes e mini bastões, a serem disponibilizados aos empregados da Codevasf 5ª/SR pela contratada;

2.1.8.1. As sessões de exercícios poderão ter fundo musical variado, afim de torná-las mais descontraídas.

2.1.8.2. A Codevasf poderá solicitar à contratada, 01 (um) dia por trimestre, a substituição das sessões dos exercícios enumerados no item 2.1.8. por palestra e/ou disponibilização de vídeo, com duração de 60 (sessenta) minutos, acerca de temas relacionados à prática de exercícios e vida saudável, para reprodução a todos os empregados no auditório do 5ª/EPE da Codevasf 5ª/SR, de modo a proporcionar ambiente de reflexão e de socialização na empresa.

2.1.8.2.1. Para efeito de remuneração à contratada, a realização de ações alternativas, conforme item 2.1.8.2. serão consideradas como a prestação das sessões diárias de exercícios.

2.1.9. Os profissionais da contratada deverão apresentar à Unidade Regional de Gestão de Pessoas (5ª/GRA/UGP), ao final de cada mês, relatório de execução das atividades com as impressões acerca do nível de participação dos empregados e, diariamente, o controle de participações.

2.1.10. Os materiais a serem utilizados pelos empregados da Codevasf 5ª/SR durante as sessões de ginástica deverão ser disponibilizados em quantidade suficiente, visando à otimização dos exercícios por todos.

2.1.11. A Codevasf 5ª/SR, por meio da fiscalização do contrato, poderá rejeitar materiais que não tenham a qualidade demonstrada, cabendo à contratada a imediata substituição.

3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1. Para comprovação da qualificação técnica, a proponente deverá apresentar:

3.1.1. Registro ou inscrição da proponente na entidade profissional competente, fornecido pelo Conselho Regional de Educação Física e/ou Conselho Regional de Fisioterapia.

3.1.2. Declaração de que disponibilizará, para prestação dos serviços, profissionais devidamente registrados nos Conselho Regional de Educação Física e/ou Conselho Regional de Fisioterapia, os quais deverão ser efetivamente apresentados no ato da contratação, com a comprovação de vínculo à entidade de classe.

3.2. Será admitida a substituição de profissional (educador físico ou fisioterapeuta) durante a execução do contrato, desde que prévia e formalmente comunicado à fiscalização, e desde que o novo profissional detenha a mesma qualificação técnica.

4. HABILITAÇÃO JURÍDICA E REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

4.1. Para comprovação da habilitação jurídica, a proponente deverá apresentar um dos documentos listados abaixo:

4.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

4.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

4.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

4.2. As regularidades fiscal e trabalhista dar-se-ão por meio da apresentação das certidões negativas ou positivas com efeito de negativas seguintes:

4.2.1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

4.2.2. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

4.2.3. Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal do Brasil; e

4.2.4. Certidão negativa mercantil, de débitos municipais, emitida pelo município onde se encontra instalada a proponente.

5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

5.1. A comprovação da qualificação econômico-financeira dar-se-á conforme requisitos do Edital.

6. LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços serão prestados nas instalações do 5ª/EPE da Codevasf 5ª/SR, situada à Rua Castro Alves, s/n – Santa Luzia – Penedo/AL.

7. VISITA TÉCNICA

7.1 A proponente deverá apresentar declaração de que vistoriou o local onde serão executados os serviços e de que é detentora de todas as informações necessárias à boa prestação dos serviços, durante a execução do contrato.

7.2. A vistoria prévia, apesar de facultativa, é aconselhada para que o proponente tenha a real noção das condições das instalações do 5ª/EPE da Codevasf 5ª/SR, local de execução dos serviços, com o objetivo de levantar todas as condições necessárias para a total e perfeita elaboração de sua proposta, em consonância com as especificações técnicas, esclarecendo, nesta oportunidade, todas as dúvidas inerentes ao objeto deste Termo de Referência.

7.3. Para realizar a visita, a proponente deverá realizar o agendamento, entrando em contato com a Unidade Regional de Gestão de Pessoas da Codevasf 5ª/SR, através dos telefones (82) 3551-9415 ou 3551-9425.

8. VALIDADE E DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1 A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação, podendo ser renovada, por igual período, por acordo entre as partes.

8.2. A proposta deverá ser apresentada com timbre e dados da proponente, inclusive com os dados financeiros para futuros pagamentos decorrentes da prestação dos serviços.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

9.2. Em tudo agir segundo as diretrizes da Codevasf 5ª/SR, observadas as legislações pertinentes;

9.3. Os profissionais envolvidos na execução dos serviços do objeto do contrato deverão possuir diploma de graduação em Educação Física e/ou Fisioterapia; com registro profissional no Conselho Regional de Educação Física e/ou Conselho Regional de Fisioterapia;

9.4. Apresentar à Codevasf 5ª/SR, quando da assinatura do contrato, a relação dos profissionais contratados e a qualificação técnica exigida para a prestação dos serviços, a documentação comprobatória da formação dos profissionais, mantendo-as rigorosamente atualizadas, bem como a comprovação do vínculo de emprego entre os profissionais e a contratada.

9.4.1. Credenciar, por escrito, junto à Codevasf 5ª/SR, pessoa (preposto) investida de poderes para representar a CONTRATADA em tudo que se relacione à execução e à supervisão dos serviços, bem como para solucionar quaisquer problemas relacionados ao serviço;

9.4.2. Manter o número mínimo de 02 (dois) profissionais para as atividades de ginástica laboral e serem prestadas à Codevasf 5ªSR, sem dedicação exclusiva, para atender satisfatoriamente os serviços especificados;

9.4.3. Comunicar à Codevasf 5ª/SR com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, sempre que houver substituição de profissional/instrutor ou preposto.

9.5. Impor a seu preposto e profissionais/instrutores, boa apresentação pessoal e urbanidade no trato com os empregados da Codevasf 5ª/SR, devendo se apresentar portando uniforme.

9.6. Permitir a vistoria e acompanhamento dos serviços em execução, pela Unidade Regional de Gestão de Pessoas (5ª/GRA/UGP).

9.7. Responsabilizar-se por todos os ônus decorrentes da prestação dos serviços, inclusive salários de pessoal, alimentação e transporte, bem como pelos encargos trabalhistas e previdenciários, previstos em legislação específica e vigente, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Codevasf 5ª/SR, além de responder, também, por eventual demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao objeto do contrato que se pretende firmar.

9.8. A Contratada será a única responsável por acidente de que possa ser vítima a mão- de obra fornecida, durante os períodos em que estiverem desempenhando os serviços decorrentes do Contrato.

9.9. A contratada deverá apresentar à Unidade Regional de Gestão de Pessoas (5ª/GRA/UGP), ao final de cada mês, relatório de execução das atividades com as impressões acerca do nível de participação dos empregados e, diariamente, o registro de participações.

9.10. A Contratada deverá apresentar outras documentações sempre que solicitado pela fiscalização, durante a execução do contrato.

9.11. Iniciar a execução dos serviços contratados em observância deste Termo de Referência na data em que a Codevasf 5ª/SR estipular no contrato.

9.12. Relatar à Codevasf 5ª/SR toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços; e

9.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente termo de referência.

10. ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização dos serviços de que trata este termo será exercida administrativamente pela Unidade Regional de Gestão de Pessoas (5ª/GRA/UGP), competindo-lhe:

10.1.1 Aprovar os serviços e planos de trabalho a serem executados e observar se os serviços estão sendo cumpridos conforme o proposto.

10.1.2. Exigir o cumprimento de todas as etapas e atividades descritas no presente Termo de Referência e no contrato.

10.1.3. Verificar se a qualificação dos profissionais da CONTRATADA é suficiente para o cumprimento do objeto.

10.1.4. Reunir-se, sempre que necessário, com o preposto da CONTRATADA para avaliação dos serviços.

10.1.5. Aplicar as penalidades de sua competência, e propor as que competirem às autoridades superiores.

11. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF 5ª/SR

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

11.4. Subsidiar a CONTRATADA com informações necessárias ao fiel e integral cumprimento do contrato;

11.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no presente termo de referência;

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, como exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente ao preposto por ela indicado;

12. VALOR MÁXIMO, COMPOSIÇÃO DO FATURAMENTO E FONTE DE RECURSOS

12.1. A Codevasf 5ª/SR se propõe a pagar pelos serviços, objeto do presente termo de referência, o valor máximo global de R\$ 12.168,89 (doze mil, cento e sessenta e oito reais e oitenta e nove centavos), a preços de dezembro/2023.

12.2. Para a apuração do quantitativo anual de horas de serviço a serem prestadas, foi considerado o ano com 52 (cinquenta e duas) semanas e, conforme definição de horários das sessões contida no item 2.1.3.1., foi considerada a realização diária de 01 (uma) hora de prestação de serviço.

12.3. O faturamento mensal corresponderá ao somatório das horas de serviço efetivamente prestados durante o respectivo mês, considerando a carga horária diária definida no item 2.1.3.1.

12.4. Os encargos legais e tributos decorrentes da execução dos serviços são de responsabilidade do(a) contratado(a) e serão retidos pela Codevasf 5ª/SR no ato de pagamento dos serviços prestados.

12.5. Será considerada vencedora a proponente que apresentar o menor valor de proposta para um ano de contrato.

12.6. Os recursos correrão à conta do Programa de Trabalho 04.122.0032.2000.0001, PTRES 172112 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE – NACIONAL.

13. SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação.

14. REAJUSTE DE PREÇOS

14.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de apresentação da proposta.

14.2. Em caso de prorrogação do contrato caberá reajuste, o qual terá como índice a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou por outro índice que vier a substituí-lo, tendo como referência o mês de apresentação da proposta, utilizando-se, para tanto, a seguinte fórmula:

$R = V (I1 - I0)$, onde:

I0

“R” é o valor do reajustamento procurado;

“V” é o valor contratual a ser reajustado;

“I1” é o índice correspondente ao mês do aniversário da proposta;

“I0” é o índice inicial correspondente ao mês de apresentação da proposta.

14.3. O prazo para a empresa solicitar o reajuste se encerra na data da prorrogação contratual, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

14.4. Caso a contratada não solicite o reajuste tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste.

15. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1.1. O pagamento será efetuado mensalmente, por hora de serviço executada, considerando a definição do item 2.1.3.1., mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela fiscalização da Codevasf 5ª/SR, com base nos relatórios emitidos pela contratada, observadas ainda as condições seguintes.

15.1.2. Os valores das glosas a serem aplicadas serão apurados levando-se em consideração a carga horária suprimida, conforme definição do item 2.1.3.1.

15.1.3. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento, conforme estabelece o Item 15.5 do Manual de Contratos da Codevasf.

15.1.4. As faturas somente serão liberadas para pagamento, após aprovação pela área gestora da 5ª Superintendência Regional da CODEVASF. Devendo estar isenta de erros ou omissões, sem o que será, de forma imediata, devolvida à contratada para correções.

15.1.5. O documento de cobrança indicará, obrigatoriamente, o número do Contrato e a da Nota de Empenho emitida pela CODEVASF, e que cubra a execução dos serviços.

15.1.6. Os pagamentos serão creditados em nome da contratada, mediante Ordem Bancária em Conta Corrente por ela indicada ou meio Ordem Bancária para pagamento de fatura com Código de Barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas.

15.1.7. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o Art. 1º, § 6º da IN/SRF nº 480/2004, ou informar isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do serviço.

15.1.8. Atendido o disposto nos itens anteriores a CODEVASF considera como data final do período de adimplemento a do dia útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança, acompanhados dos seus respectivos anexos, de forma clara, objetiva e ordenada, que se não for atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos para conferência e pagamento.

15.1.9. Caso a licitante seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte de tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

15.1.10. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o Art. 81, inciso VI, da Lei nº 13.303/2016.

15.1.11. Será considerado em atraso o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 14.1.3, caso em que a CODEVASF pagará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

$AM = P \times I$, onde:

AM = Atualização monetária

P = Valor da parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$I = (1+im_1/100)^{dx_1/30} (1+im_2/100)^{dx_2/30} (1+im_n/100)^{d_nx/30} - 1$, onde:

d = Número de dias em atraso no mês “m”;

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária

15.1.11.1. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.

15.1.11.2. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será precedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso.

15.1.11.3. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária no pagamento decorrente de acerto de índice.

16. PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

16.1. O prazo de vigência do contrato será de 15 (quinze) meses, contado da assinatura de seu instrumento; e o prazo de execução contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da expedição da ordem de serviço, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, após avaliação da qualidade dos serviços prestados, limitado a 60 (sessenta) meses, mediante Termo Aditivo, havendo interesse e manifestação das partes, e em conformidade com o Art. 71, da Lei nº 13.303/2016.

17. DA GARANTIA

17.1. Não será exigida a apresentação de garantia de execução contratual.

18. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

18.1. Para a finalização dos trabalhos e respectiva emissão, por parte da CODEVASF, do Termo de Encerramento Físico e do Atestado de Capacidade Técnica, a CONTRATADA deverá apresentar todos os relatórios exigidos pela FISCALIZAÇÃO, analisados e aprovados pela CODEVASF.

18.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela execução dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da CONTRATADA.

18.3. Ao final de cada período mensal, o fiscal técnico deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório.

18.4. Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA.

18.5. Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Superintendente Regional emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela CONTRATADA.

18.6. A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

19. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

19.1. Promover medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer, obrigatoriamente, Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), se couber, conforme Norma Regulamentadora nº 06 do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, caso necessários, fiscalizando e exigindo que seus empregados cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de sua integridade física, em cumprimento ao Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

20. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

20.1. A CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

20.2. A CONTRATADA deverá realizar, sem ônus para a CONTRATANTE, treinamento periódico de seus empregados sobre práticas de sustentabilidade no desempenho de suas atribuições, quando for o caso.

21. CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF

21.1. A Contratada deverá apresentar quando da assinatura do contrato o Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf 5ª/SR, devidamente assinado, sendo condição essencial para a referida assinatura.

21.2. O descumprimento do Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf 5ª/SR, por profissional da empresa contratada, deverá ser comunicado formalmente ao representante legal da referida empresa.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Multa

22.1.1. Nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa baseada no valor do contrato/ordem de serviço, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:

- a) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato/ordem de serviço conforme a Tabela 1;
- b) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de descumprimento das obrigações contratuais descritas na Tabela 2;
- c) 12% (doze por cento) do valor do contrato/ordem de serviço no caso de inexecução total.

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade - inexecução parcial

Inadimplências	Grau de Penalidade	Percentual do valor do contrato
Execução parcial de até 80% do valor contratual	01	2%
Execução parcial de até 60% do valor contratual	02	4%
Execução parcial de até 40% do valor contratual	03	8%
Execução parcial de até 20% do valor contratual	04	10%

Tabela 02 – Descumprimento de obrigação contratual e a respectivo penalidade

Ocorrência	Cálculo da multa
Não atendimento às determinações estipuladas pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA, através de comunicação formal do fiscal.	R\$ 100,00 por dia de atraso
Não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	R\$ 500,00 por dia de atraso

22.1.2. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

22.1.3. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:

- a) A multa será descontada da dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- b) Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
- c) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Unidade de Finanças da 5ª/SR, GRA/UFN, o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.

22.1.4. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de ciência da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.

22.1.5. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva da Codevasf, que poderá dar provimento ou não ao recurso.

22.1.6. Em caso de provimento do recurso, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

8.7. Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

.

23. ANEXOS

23.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I – Justificativas
- Anexo II – Planilha orçamentária
- Anexo III – Matriz de riscos

Penedo/AL, 18 de dezembro de 2023.

Responsável pelas informações:

ANTONIO DA SILVA VASCO
Analista em Desenvolvimento Regional
Unidade Regional de Gestão de Pessoas – 5ª/GRA/UGP

De acordo:

ROBERTO CAVALCANTE SILVA MACHADO
Gerente Regional de Administração e Suporte Logístico – 5ª/GRA

Aprovado:

RICARDO ALEXANDRE LISBOA VIEIRA
Superintendente Regional Substituto

ANEXO I

FINALIDADE:

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especialidade do serviço, previsto no Termo de Referência e que, após relacionadas, passam a integrar o TR.

JUSTIFICATIVAS:

O Programa de Ginástica Laboral visa a manutenção da prevenção das doenças relacionadas a LER/DORT, como também diminuição do absenteísmo, aumento da produtividade, melhoria no ambiente de trabalho, diminuição do número de acidentes de trabalho, prevenção das doenças por traumas cumulativos, melhoria contínua da integração entre empregados e melhoria da imagem (interna e externa) da Codevasf 5ª/SR.

Visando atender ao disposto na Resolução nº 729, de 25/06/2010 da Diretoria Executiva da Codevasf 5ª/SR, que aprovou o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – QVT, fls. 03 a 176 do processo nº 59500.000423/2010-11, dentre as quais, à fl. 09, são descritos os aspectos positivos da Ginástica Laboral, na prevenção distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/DORT), que constituem grande problema de saúde pública.

Considerando atender o disposto no Acordo Coletivo de Trabalho ACT 2020/2021, da Cláusula Trigésima Segunda, Parágrafo Terceiro, onde diz: “A Codevasf implementará ações necessárias à prevenção das ocorrências de lesões por esforços repetitivos e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/DORT), em todos os setores da Empresa, inclusive visando a implantação de ginástica laboral nas Superintendências Regionais”.

Os prejuízos para as organizações, decorrentes destes distúrbios, ocorrem tanto no que se refere à redução da produtividade, devido aos afastamentos prolongados, como também pelas restrições impostas ao servidor por sua doença.

A Ginástica Laboral é utilizada como um instrumento para a melhoria da saúde do trabalhador. Consiste em uma atividade física orientada, composta por exercícios de fácil execução e curta duração, praticada no trabalho durante o horário do expediente.

Atua de forma preventiva nos distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho, impactando positivamente na saúde dos empregados, ocasionando a redução destas doenças e, consequentemente, do absenteísmo e dos afastamentos prolongados.

Como benefícios principais decorrentes da prática da Ginástica Laboral, destaca-se a redução da fadiga corporal e mental, bem como das queixas relacionadas a dores musculares e fadiga visual.

Da adoção da Modalidade Pregão Eletrônico: Por tratar-se de serviços comuns, com padrões de desempenho e qualidade conhecidos no mercado e definidos objetivamente na descrição dos serviços que fazem parte deste Termo de Referência. Adota-se a modalidade Pregão Eletrônico com vistas a ampliar a transparência e a competitividade, a dar maior celeridade ao procedimento e garantir tratamento isonômico aos licitantes, buscando maior eficiência na seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Regime de execução:

Empreitada por Preços Unitários: preço certo de unidades determinadas. O pagamento será por medições das unidades efetivamente executadas.

Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições dos preços unitários propostos pela contratada.

Não será utilizada “contratação Semi-integrada:

Conforme previsto inciso V do Art. 43 da Lei 13.303/2016, este regime de contratação aplica-se à execução de obras ou serviços de engenharia em que for possível definir previamente no projeto básico as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados, na fase contratual, com diferentes metodologias ou tecnologias.

Trata-se do regime adequado às obras ou serviços de engenharia cuja complexidade requer mudanças na concepção técnica na fase contratual (execução). Em síntese, na elaboração do Edital, a Contratante definirá os serviços ou as quantidades de serviços presentes no projeto básico que a Contratada poderá executar com certa margem de liberdade de escolha da metodologia ou tecnologia mais adequada.

Verifica-se assim que o regime não se aplica ao objeto deste Termo de Referência, por se tratar de serviços comuns e bem definidos na descrição dos serviços (Item 5), não sendo possível a execução do objeto com diferentes metodologias ou tecnologias.

Permite Participação de Consórcios: Não:

Não será permitida, na presente licitação, a participação de empresas sob a forma de consórcio, tendo em vista que o objeto em questão não é considerado de alta complexidade ou vulto, sendo, portanto, improvável a geração de algum fator técnico, operacional ou econômico, que venha privar a participação de empresas consideradas do ramo para execução do presente objeto.

Visita ao local de execução dos serviços: Não será obrigatória, entretanto, caso queira, a licitante poderá fazê-la.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual: Não se aplica ao objeto.

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo máximo de 12 (doze) meses, podendo, em caso de prorrogações, chegar a 60 (sessenta) meses, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Desapropriação: Não aplicável. Desta forma, não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.

Licença Ambiental: Não cabe neste Termo de Referência.

Regularização Fundiária: Não cabe neste Termo de Referência.

Critério de Julgamento: Menor Preço, de acordo com o Art.54 da Lei n.º 13.303/2016.

Divulgação do valor orçado:

Público: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Aprovação do Termo de Referência: O Termo de Referência foi aprovado por ato da autoridade competente, conforme consta do Processo Administrativo nº 59550.000034/2024-04-e.

Garantia de Execução (caução): Não será exigida, em razão da baixo valor estimado a contratar.

Qualificação Técnica: As exigências da Qualificação Técnica visam principalmente garantir que as licitantes possuam profissionais com experiência na realização de serviços similares e compatíveis com o objeto da licitação, garantindo mais eficiência na execução deste objeto.

Subcontratação: Não será permitida a subcontratação parcial ou total do objeto licitado, pois, de outro modo, estar-se-ia permitindo a execução do próprio objeto por terceiro, quebrando assim, o caráter *intuitu personae* do contrato. Ademais, o objeto além de comum e simples, não apresenta parcela que exija execução especial.

Sociedade Cooperativa: Será permitida a participação de licitante sob a forma de Sociedade Cooperativa.

Participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas: As microempresas e Empresas de Pequeno Porte e as Sociedades Cooperativas participarão, de forma exclusiva, desta licitação, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015.

Exigência de Capacidade Econômico-financeira:

A Constituição Federal do Brasil, especificamente a norma prescrita no Art. 37, XXI, autoriza, no processo de licitação pública, que a administração exija, nos termos da lei, qualificação econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações às quais o licitante se propõe a cumprir na forma do futuro contrato.

A Lei 13.303/2016, Art. 58, II, preceitua, nesta seara, que um dos parâmetros exclusivos de apreciação da habilitação do licitante é capacidade econômica e financeira.

Diante deste conjunto normativo, o administrador depara-se, também, com a jurisprudência sedimentada na Súmula nº 289 da Corte de Contas da União, a quem a Empresa Pública deve cumprimento.

SÚMULA Nº 289. A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade. (GRIFAMOS).

É prerrogativa da administração, e via de regra, dever aferir objetivamente a capacidade do futuro contratado, não para construir um muro inútil de restrições comprometendo o caráter competitivo da licitação, mas para prevenir a adjudicação de objetos licitados a contratados sem condições de honrar os compromissos assumidos perante ela.

A administração deve ter percuciência ao definir os índices de avaliação da capacidade econômico-financeira de quem se proporá a executar o objeto em licitação, de modo a conquistar a garantia da execução do contrato e evitar restringir o caráter competitivo do certame.

Diante da legislação e da jurisprudência alhures citadas, define-se nesta oportunidade, dois índices contábeis de liquidez e um de solvência com a finalidade, necessária, conveniente e oportuna de escolher a melhor proposta, cujo autor apresente capacidade econômico-financeira de bem executar o objeto contratado, sem surpresas no curso da avença. Estes índices, como se mostram, são necessários em razão das características do objeto licitado, que trata de serviços de capacitação, cujo valor previsto e prazo de vigência são consideráveis.

Os índices escolhidos apresentam parâmetros atualizados de mercado, pois, os de liquidez são considerados, pela doutrina contábil, e pela Administração Pública que os utiliza constante e hodiernamente, próprios para o fim a que se está aplicando nesta licitação. Tais índice, inclusive e para demonstrar que possuem parâmetros atualizados, são a base de avaliação econômica aferida pela IN nº 03/2018 que instituiu o SICAF (cadastro da Administração Pública Federal, condição absoluta para a participação nas licitações eletrônicas da União). Ademais, como a própria súmula indica, não há vedação à adoção de outros índices, desde que não queira medir a rentabilidade ou lucratividade da proponente e atenda às características do objeto licitado, como é o caso do índice de solvência geral. O cociente de cada índice deve ser pelo menos um. O ideal é que seja superior a um, o que demonstrar ter capacidade plena de cumprir os compromissos.

1. Liquidez Geral. É a liquidez a curto e longo prazo. Identifica a capacidade de pagamento da empresa a curto e longo Prazo. Ou seja, quanto possui a empresa no AC+RLP para cada real a pagar (PC+RLP). Demonstra a segurança no crescimento. Quanto maior que um, maior a capacidade de honrar os compromissos.
2. Solvência Geral. É a capacidade de uma empresa de honrar todos os seus compromissos financeiros a curto e longo prazo. Identifica a segurança apresentada, para pagar todos compromissos e ainda permanecer com reserva considerável, o que assegura sua sobrevivência por bom tempo no mercado. Mostra o quanto a empresa possui em seu ativo total para pagar cada real do passivo (menos o patrimônio Líquido).
3. Liquidez Corrente. É a liquidez a curto prazo. Identifica a capacidade de pagamento a curto prazo. Mostra o quanto há de ativo circulante para cada real de dívida a curto prazo.

As características peculiares ao objeto que ora trata de um serviço de capacitação técnica, são a razão de tal exigência, pois, não exigir boa situação econômica da contratada seria temerário para a contratante, visto que no curso da vigência do contrato pode, e é comum, surgir incidentes como atraso de pagamento (tanto que o edital prevê atualização financeira), retificação de trabalhos, aditivos de prazos, etc., Justamente por isso, contratar uma empresa para executar serviço complexo, de considerável valor e durante razoável prazo que poderá, inclusive, se estender, afigurar-se ato temerário contra a CODEVASF e a própria contratada, pois esta, no percurso, enfrentaria sérios problemas que desembocaria em possível solução de continuidade e consequente apuração sancionatória administrativa.

Por tudo que se expôs, afigura-se plenamente razoável que a CODEVASF disponha, como critério de aferição da saúde econômico-financeira das empresas que se proponham a com ela contratar, destes índices econômicos, pois, necessários, não para alijar do processo licitatório quem não os conseguir atendê-los, senão para possibilitar-lhe escolher a melhor proposta e a garantia da boa execução do objeto que ora lança na praça aos interessados em contratar sua execução, sem agredir o caráter competitivo da licitação.

Intervalo mínimo R\$ 100,00:

O intervalo mínimo de valores entre os lances, inclusive os intermediários, o decreto proporcionam à administração o poder discricionário para definir tal dispositivo. Este valor é avaliado pela conveniência, oportunidade e justiça, com objetivo de evitar lances com intervalos mínimos insignificantes R\$ 0,01 (um centavo de real).

Estabelece-se, assim, o entendimento de que R\$ 100,00 é um valor que evita o aviltamento do valor do intervalo e não prejudica ou restringe a capacidade do licitante lançar, visto que o valor estimado é de considerável monta. O valor definido guarda total proporcionalidade com o valor estimado para a contratação.

Em síntese o valor definido deve cuidar ou garantir a proporcionalidade, competitividade e seriedade dos lances

ANEXO II

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Item	Descrição	CATSER	Unid	Qtde	Valor unitário	Valor total
1	Serviço de ginástica laboral para empregados do Escritório de Apoio Técnico de Penedo – 5ª/EPE.	14311	hora	104	117,01	12.168,89

ANEXO III

MATRIZ DE RISCOS

RISCO	DEFINIÇÃO	ALOCÇÃO (CODEVASF, CONTRATADA OU COMPARTILHADA)	IMPACTO (ALTO, MÉDIO OU BAIXO)	Probabilidade (frequente, provável, ocasional, remota ou improvável)	Medidas, procedimentos ou mecanismos para minimizar o risco
1 - Prestação em desacordo com as especificações do Termo de Referência.	Não verificação pela contratada da especificação dos serviços descritos no Termo de Referência.	Contratada	Alto	Remota	Contratada deverá promover imediata correção ou adequação do serviço, em compatibilidade com a especificação mínima em Contrato.
2 - Dificuldade de aquisições de matéria-prima.	Aumento dos custos ou atrasos nos fornecimentos de matéria-prima para execução dos serviços.	Contratada	Médio	Ocasional	Empresa renegociar valores com fornecedor ou alterar o mesmo.
3 - Estimativa de prazo de entrega.	Aceitação do prazo de Termo de Referência para entrega dos serviços e não conseguir cumprir até um limite de 25% superior ao mesmo, sem nenhum fato superveniente previsto nesta matriz de risco.	Contratada	Médio	Ocasional	Recebimento dos equipamentos pela CODEVASF com a aplicação das sanções previstas no Termo de Referência.

4 - Variação no prazo de pagamentos	Pagamentos após decorridos 30 (trinta) dias contados a partir da data do atestado de conformidade e entrega da nota fiscal.	CODEVASF	Alto	Provável	A Contratada deverá solicitar o pagamento da atualização monetária conforme o disposto no art. 5, anexo XI da IN 05/2017 e possuir capital de giro para os fornecimentos.
5 – Serviços executados de acordo com as especificações, inclusive dentro do prazo.	Necessidade de adequação da prestação dos serviços às especificações descritas no termo de referência. No entanto, quando da efetiva prestação dos serviços, as condições podem não condizer com o especificado.	Contratada	Alto	Remota	Contratada deverá promover imediata correção ou adequação do serviço, em compatibilidade com a especificação do Termo de Referência, ou a CODEVASF suspenderá o pagamento e o contrato